

A Perspectiva de Gênero e da Economia Solidária na Prática Organizativa das Pescadoras do Projeto Mulheres de Ponta, Balneário de Ponta da Fruta, Vila Velha, ES

AOKI, Pierângeli, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER, pieraoki@gmail.com; CUNHA, Lucimar. Universidade Federal de Viçosa, Ecomar-ES Organização Socioambiental, lucimar.cunha@gmail.com; CUNHA, Kátia. Ecomar-ES Organização Socioambiental, kscunha2000@hotmail.com

Resumo

Esta experiência que tem por referencial a economia solidária no estado do Espírito Santo foi iniciada em 2008 e apoiou-se na atuação dos extensionistas multidisciplinares do Incaper junto à Associação de Pescadores (as) da Ponta da Fruta em Vila Velha e, visou gerar renda alternativa para as famílias associadas, em virtude da crescente escassez do pescado capturado. Por meio de metodologias participativas e práticas organizativas embasadas no gênero e na economia solidária foi formado o Projeto Mulheres de Ponta, constituído hoje por seis pescadoras, que processam o pescado e produzem embutidos, defumados e salgados. O grupo utiliza a Sede da Associação, composta de uma peixaria com câmara fria e área social, antes subutilizada, para produzir e comercializar seus processados, também vendidos em domicílio, feiras, eventos, bares e restaurantes. Essa iniciativa promoveu o desenvolvimento local sustentável, a profissionalização, a autonomia e a inclusão produtiva destas pescadoras.

Palavras-chave: Pescado Processado; Pescadoras; Geração de Renda Alternativa.

Contexto

A experiência ora relatada apoiou-se na intervenção da Extensão Pesqueira e nas Coordenações Estaduais de Comercialização da Agricultura Familiar e de Qualidade de Vida no Campo do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER, e visou organizar um grupo produtivo de mulheres, embasado na perspectiva de gênero e na economia solidária, para promover alternativa de renda para as esposas, filhas ou familiares dos pescadores integrantes da Associação de Pescadores (as) de Ponta da Fruta, já que essas mulheres atuam como assemelhadas, pois ajudam os pescadores no trato do pescado capturado, bem como na comercialização, o que as integram na atividade pesqueira.

Os trabalhos foram realizados no balneário de Ponta da Fruta, município de Vila Velha, região metropolitana, motivados pela escassez do pescado capturado. Esta causada pelos aumentos da degradação ambiental, do esforço de pesca, da industrialização e da urbanização desorganizada, que somadas à falta de sucessão e à prática da pesca costeira em embarcações pequenas com pouca autonomia e sem atracadouro apropriado para as mesmas, tem comprometido a continuidade da pesca nesta comunidade tradicional.

Diante do exposto e conhecendo a realidade da subutilização da sede da referida Associação, composta de uma peixaria com câmara fria e uma área social, organizou-se o Projeto Mulheres de Ponta, como forma de utilizar esta estrutura para gerar renda alternativa para as famílias dos pescadores locais, a fim de incentivá-los a permanecerem na atividade da pesca.

Vale ressaltar que esta intervenção da extensão vem ao encontro de muitas instituições governamentais ou não, grupos de pesquisa, políticos, técnicos e estudiosos que se debruçam sobre as estratégias de desenvolvimento centrado nas pessoas e nos territórios locais, também denominado de desenvolvimento comunitário, associativo, alternativo, endógeno, local ou participativo.

Resumos do VI CBA e II CLAA

Friedmann (1992), sustenta que tal desenvolvimento “não nega a necessidade de crescimento continuado numa economia mundial dinâmica”, acrescentando que o que este faz é “procurar uma mudança nas estratégias nacionais existentes através de uma política de democracia participada, de crescimento econômico apropriado, de igualdade de gêneros e de sustentabilidade ou equidade entre gerações”.

Com efeito, nos últimos anos, “novas perspectivas e oportunidades têm emergido, associadas a ideias como cidadania, *empowerment*, soberania popular, ação local e sustentabilidade. Alguns têm mesmo contraposto, à globalização dominada por perspectivas neo-liberais, uma alter-globalização, uma globalização contra-hegemônica ou uma mundialização solidária e sustentável” (Declaração Final dos Encontros Mundiais de Desenvolvimento Local de Sherbrook, Canadá; Declaração de Amarante/Animar, 1998; apud Santos, 2003).

A economia solidária é uma dessas propostas de renovação. É uma proposta real e prática de uma “outra economia” que objetiva encontrar soluções alternativas para muitos problemas que o modelo capitalista dominante – excludente e elitista – não conseguiu resolver. Vem se desenvolvendo, sobretudo ao proporcionar mudanças culturais significativas nas relações de trabalho tradicionais, com a construção de novas relações econômicas e sociais, promovendo a emancipação de grupos até então excluídos, tornando cada vez mais freqüente o surgimento de empreendimentos autogestionários e solidários. Esta nova prática de produção e consumo privilegia o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras.

Neste sentido, aumenta cada vez mais a importância atribuída à economia solidária como vetor de desenvolvimento e sustentabilidade de projetos baseados nas próprias comunidades, justamente por ser urgente repensar o desenvolvimento dominante e questionar as políticas e práticas que estão na sua base.

Descrição da Experiência

Os trabalhos foram iniciados em 2007, por uma extensionista pesqueira que atuou um ano somente com os pescadores locais e, que diante da escassez do pescado capturado, mas com a resistência ao novo pelos pescadores e com a impossibilidade de aumentar o esforço de pesca, por meio de novas técnicas de captura, esta resolveu respeitar o conhecimento local e a tradicionalidade e partiu para atuar com outro público integrante desta realidade, as mulheres.

Depois da realização de um Diagnóstico Rápido Participativo – DRP junto aos pescadores se identificou a demanda de se processar a fauna acompanhante descartada das redes de pesca, a fim de agregar valor ao pescado e gerar renda alternativa para os pescadores (as) locais, e que o caminho para o desenvolvimento local sustentável seria estimular a questão do gênero, economia solidária e inclusão produtiva, como forma de promover a melhoria da qualidade de vida dos atores sociais envolvidos.

Partindo deste pressuposto, em abril de 2008 parcerias foram firmadas e uma equipe multidisciplinar foi composta por bióloga, economistas domésticas, economista, assistente social, historiadora e advogada, profissionais estes, integrantes do Incaper, da Setades e das ONGs: Ecomar-ES - Organização Sociambiental e Movive – Movimento Vida Nova Vila Velha. Com este apoio, 15 mulheres foram capacitadas em boas práticas de manipulação, beneficiamento e processamento do pescado, custo de produção, empreendedorismo e gestão, por meio de recursos do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA e do Incaper.

Práticas organizativas foram aplicadas e o grupo produtivo Projeto Mulheres de Ponta foi formado

Resumos do VI CBA e II CLAA

dentro dos princípios da economia solidária e, somente seis mulheres do total capacitado participam hoje do grupo, já que algumas desistiram pela carteira assinada, pela necessidade de uma renda imediata e por não visualizarem a realidade do empreendedorismo.

As pescadoras beneficiam e processam peixes de safra e de descarte, principalmente os da fauna acompanhante das redes de camarões e produzem lingüiças, hamburguers, croquetes, pastéis, risoles, empadões, pizzas, defumados e conservas a base de peixe ou camarão. Cada integrante do grupo tem sua função determinada e, seus rendimentos são partilhados em função das horas trabalhadas individuais, já que seus horários são flexíveis em função de suas necessidades produtivas e domésticas. A meta atual delas é de no mínimo um salário mínimo para cada integrante por mês, e estão próximas de alcançarem este valor. Então, o grande desafio de acordo com Souza e Silva (2006) é promover um processo comunicativo democrático, implicando numa construção partilhada utilizando informações massivas, que promovam autonomias e estabeleça co-responsabilidades.

O Incaper assiste continuamente o grupo por meio de ações de Ater, como formações e intercâmbios, como o que ocorreu entre as integrantes do Projeto e os pescadores (as) da Associação de Regência, Linhares, ES, que mostraram a elas os procedimentos para processar o pescado e para acessar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, CPR Formação de Estoque. A partir desta iniciativa, as mulheres juntamente com alguns pescadores locais estão se organizando para acessar os recursos do PAA e da Lei 11.947/09 da Alimentação Escolar, como forma de apoiar a comercialização de seus produtos e promover a melhoria da qualidade de vida destes atores.

Recentemente, as Mulheres de Ponta, como gostam de se intitular, participaram da Feira Estadual da Agricultura Familiar, realizada em Vitória, ES e se preparam para a Feira Ambiental de Cariacica, ES. Esses eventos têm estimulado a produção, a melhoria da apresentação do produto, a organização do grupo e o trabalho coletivo, pois como são iniciantes estão aprendendo com seus erros e dificuldades. Portanto, elas estão conhecendo na prática as bases da economia solidária como: cooperação, desenvolvimento local, distribuição justa das riquezas, respeito às pessoas e ao meio ambiente e cidadania (BADUE, 2005).

Resultados

Os extensionistas que atuaram na prática organizativa do grupo produtivo Mulheres de Ponta atuaram de forma participativa, mostrando que a ATER pode facilitar a construção conjunta do processo de desenvolvimento local, por meio da interação interdisciplinar promotora de ações que contemplam a realidade dos atores sociais envolvidos.

As parcerias firmadas entre o poder público e as organizações não governamentais contribuíram para a promoção de ações interdisciplinares, fundamentais para a organização e estruturação do grupo produtivo e também, para a profissionalização das mulheres, pois com as formações continuadas oferecidas pelos diferentes profissionais envolvidos, elas se tornam capazes para atuarem como empreendedoras e gerarem renda alternativa para suas famílias.

A perspectiva de gênero e economia solidária foi entendida pelas pescadoras, pois apesar de todas as dificuldades iniciais em se trabalhar coletivamente, quando são remetidas à reflexão demonstram satisfação por estarem inseridas no processo decisório, na conquista de autonomia e soberania. A experiência relatada demonstra a completa vinculação do grupo com as práticas e princípios da economia solidária e seu sucesso está diretamente relacionado ao comportamento e inclusão de todos os atores sociais presentes. A economia solidária funcionou como estratégia de referência fundamental, à medida que possibilitou a agregação dessas mulheres, historicamente

Resumos do VI CBA e II CLAA

excluídas da dinâmica social, ao estabelecer novas relações sociais e mercadológicas profundamente vinculadas com a realidade local.

Referências

BADUE, A. F. B. et al. *Manual pedagógico: entender para intervir. Por uma educação para o consumo responsável e o comércio justo*. São Paulo: Instituto Kairós; Paris: Artisans du Mont, 2005. 212 p.

Declaração Final dos Encontros Mundiais de Desenvolvimento Local de Sherbrook, Canadá; Declaração de Amarante/Animar, 1998.

FRIEDMANN, J. *Empowerment: The Politics of Alternative Development*. Cambridge: Blackwell Pub. 1992.

SOUZA e SILVA, J. *Diagnóstico e planejamento participativo na perspectiva de manejo sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade*, 2006. (apostila).